ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA NÚMERO VINTE E CINCO DO COMITÊ DO ITAJAÍ, realizada em 24 de fevereiro de 2011.

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e onze, às nove horas em terceira e última convocação, reuniram-se no auditório da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Blumenau, SDR, sito à Rua Braz Wanka, 238, bairro Vila Nova, no município de Blumenau, membros do Comitê do Itajaí e demais convidados. O presidente Tercílio Bonessi iniciou com boas vindas e agradeceu a presença de todos em especial ao Sr. Édison Lima, Diretor de Recursos Hídricos da SDS, ao deputado Jean Kuhlmann, suplente da deputada Ana Paula Lima, representante da ALESC; Raimundo Mette e Lúcio César Dib Botelho, o atual Secretário de Desenvolvimento Regional de Blumenau. Em seguida, passou para a ordem do dia: **1)Aprovação das atas da 23ª AGE de** (06.05.10) e 24ª AGO (23.09.10). Com a palavra, Tercílio comunicou que a ata foi postada no site para que todos tivessem acesso. Chegou-se ao consenso de que não haveria necessidade de lê-las. Atas aprovadas com 18 votos. **2) Apresentação do relatório da secretaria de 2010.** Beate apresentou o relatório da secretaria executiva, com dados das atividades desenvolvidas pelo Projeto Piava, pelas câmaras técnicas, diretoria, e conselho de administração da Fundação Agência de Água, juntamente com o controle de frequência dos representantes das instituições-membro. O relatório foi aprovado. **3) Plano de trabalho para 2011:** Beate apresentou a proposta de trabalho para o ano: Acompanhar o Projeto Jica; Insistir que o plano de bacia e o novo regimento do comitê sejam apreciados pelo CERH; Dar início à implementação dos instrumentos (principalmente a outorga); comemoração do aniversário do Comitê do Itajaí. Em relação ao último item, a ideia é criar uma comissão organizadora para cuidar desse movimento e fazê-lo em conjunto com a semana da água. Vamos deixar a formação dessa comissão para o final da assembleia? Teremos também a eleição da diretoria gestão 2011/2013 em 14 de abril. Beate solicitou que as chapas interessadas se inscrevam. Plano de trabalho aprovado com 29 votos. 4) **Aprovação da agenda de assembleias.** Beate apresentou a sugestão de datas: 26ª AGO (14.04.2011). Cleber Stassun, representante da ACIRS, se prontificou a sediar. 27ª AGO (24.11.2011). Fabiana de Carvalho Rosa, ofereceu o espaço da AMMVI para esta assembléia. 25ª AGE (29.09.2011), Semana da Água e aniversário do comitê, os representantes das instituições-membro acharam conveniente que seja na SDR de Blumenau. O presidente Tercílio Bonessi colocou a agenda em votação. Aprovado com unanimidade. O Diretor de Recursos Hídricos Édison Lima solicitou a palavra e parabenizou o Comitê do Itajaí pelo trabalho bem estruturado. Falou que a SDS está trabalhando no Projeto Micro Bacias 3, com o Banco Mundial, que contempla um trabalho com os comitês de bacia visando o fortalecimento dos comitês e fez um breve relato dos trabalhos da Secretaria de Recursos Hídricos. Salientou que é função e dever do Estado apoiar os comitês de bacia. Encerrou agradecendo o convite. **5) Aprovação do parecer sobre o Projeto Jica.** Com a palavra, Beate agradeceu em especial aos profissionais que trabalharam e discutiram o alinhamento geral do parecer. São eles: Ricardo Hübner, do SENAI, Harold Danzberg, da ACIB, Juarez Muller, da Epagri, os professores da Furb, Hélio dos Santos Silva e João Francisco Noll, Fabiana de Carvalho Rosa, da AMMVI, Guilherme Feijó, da AMAVI, e Diego Furtado, da FUNDEMA. Beate apresentou o conjunto das propostas do Projeto Jica, utilizando-se da maquete da bacia hidrográfica para apontar a localização de cada medida. Em seguida leu o parecer das câmaras técnicas, que consta em anexo. Após a apresentação, foi aberta a discussão. Alexandre Prada chamou atenção para o montante de R$ 2.000.000.000,00, que será investido em obras civis e perguntou como isso influenciará na dinâmica social, econômica e ambiental do Vale. Perguntou se estão previstos valores para desapropriações. Beate respondeu que sim, existe um capítulo que trata da parte econômica e está previsto recurso para desapropriação. Bernardo Peron, da Unidade Secadora e Armazenadora de Cereais Voltapinho, de Mirim Doce, perguntou por que o projeto não prevê pequenas barrragens. Beate agradeceu a colocação e respondeu que a questão está no item 3. As barragens que a Jica propõe não atendem essa demanda. É muito mais fácil construir obras grandes. Entretanto, sem o

levantamento aerofotogramétrico que está em fase de desenvolvimento pelo Estado, não temos informações de base. Mas, são as pequenas obras que o comitê está defendendo. Francisco Carlos do Nascimento, da FAMAI, perguntou se o projeto prevê estudos de impacto ambiental? Beate responde que são 3 fases: a primeira são as diretrizes, a segunda corresponde às medidas e período de retorno. O Comitê do Itajaí não quis discutir período de retorno, pois está muito preocupado com as medidas. A terceira é a viabilidade técnica e financeira. Então, estamos na formulação do plano diretor, o projeto ainda não existe. Só na fase de projeto que vem os estudos de impacto ambiental. Odair Fernandes, da Industrial e Agrícola Rio Verde, falou que as barragens de José Boiteux e Ituporanga têm potencial para uso múltiplo. Mas, não possuem infra-estrutura para isso. Ana Maria Vendrami, representante da Comissão Pastoral da Terra, perguntou como será a gestão da água? O presidente Tercílio Bonessi respondeu que a pergunta ficará registrada. Fabiana de Carvalho Rosa, representante da AMMVI e presidente da CT-Prevenção, agradeceu pelo processo participativo que está acontecendo, ressaltando que deste modo enriquecedor, o projeto poderá atender as necessidades da população da bacia. Finalizou dizendo que é favorável ao parecer e que precisa se retirar. Raquel Orsi, da SDR de Itajaí, lembrou que em nenhum momento falou-se da educação ambiental. Como a população vai tomar conhecimento? A bacia vai se transformar num canteiro de obras e as pessoas não vão saber por quê. Raquel sugere que seja colocado no parecer. Noemia Bohn, representante da Furb, inicia reforçando a fala da Fabiana do processo de construção. Cumprimenta os membros das câmaras técnicas pelo trabalho e chama a atenção para o problema que ficou evidenciado no parecer. O que preocupa é o foco do projeto. Percebe-se que em função das mudanças climáticas temos outro comportamento, os eventos hidrológicos críticos, que são as enxurradas extremas. As medidas propostas foram baseadas no projeto de 20 anos atrás, não houve muita inovação e os problemas da região são outros. Então, é prudente por parte das câmaras técnicas fazer esta ponderação. Quando uma questão como esta vem para ser discutida num fórum com competência legal como este, o objetivo é discutir, aprimorar e tirar o peso da responsabilidade das pessoas que estão propondo. O Comitê do Itajaí está se propondo a discutir para fazer parte da tomada de decisão. Outra questão preocupante é que obras estruturais de engenharia têm vida útil e necessitam de manutenção constante. Sabemos que isso é um problema, e temos como exemplo o sistema da rede telemétrica. Como vamos manter as novas barragens, os diques e o canal extravasor? Em 1997 o comitê se reuniu para discutir as 3 barragens, que ficaram por 5 anos sem manutenção simplesmente porque o DNOS foi extinto e o repasse do governo federal não era feito. O comitê fez uma oficina para instrumentar o Ministério Público para, através de uma ação civil pública, acionar a União para repassar os recursos para a manutenção das barragens. A pergunta é: até que ponto estamos preparados institucionalmente para fazer e cobrar dos órgãos públicos essa manutenção? Noemia sugeriu um adendo ao parecer: Que o projeto evite a utilização da expressão período de retorno. Em 2007 foi aprovada a Diretiva-Quadro da Comunidade Européia relativa à avaliação e gestão de riscos e inundações, sugerindo que se substitua a expressão período de retorno por expressões mais explícitas de probabilidade de ocorrência: "Pretende-se deste modo afastar a convicção de uma periodicidade fixa e chamar a atenção para a possibilidade do evento ocorrer a cada ano e que a probabilidade de ocorrência valerá consoante o período de "n" anos considerados. Cria-se a expectativa de período de retorno de 5/10/20/50 anos, faremos obras para estes períodos, mas hoje não temos certeza alguma de que estas obras vão ser para este período, criando deste modo uma falsa sensação de segurança. E, como último ponto Noemia colocou que a Diretiva dá 3 orientações: Primeiro, no sentido da prevenção: atenuar danos evitando a construção de casas e colocação de indústrias na área de inundação, adaptando o desenvolvimento futuro ao risco de inundações e promovendo boas práticas de uso do solo. O projeto deveria dar ênfase à ocupação futura das áreas, isso precisa ser discutido. São medidas adotadas preventivamente para evitar o dano futuro. Com relação à proteção: devemos ter medidas de proteção estruturais e não estruturais. Muitas estão propostas no projeto e são corretas para reduzir as inundações e o impacto de

inundações específicas. Preparação é importante. A informação da população sobre os riscos, o modo de proceder num evento real e a resposta de emergência, ou seja, dentro dos planos de emergência. Dá-se uma grande ênfase nas obras estruturais, mas a grande preocupação, como representante da Furb, é o arranjo institucional para gerir todo este sistema de prevenção de desastres naturais na bacia do Itajaí. Noemia sugere que seja contemplado, no parecer, orçamento sobre o valor total para estudo de impacto ambiental. Ivanor Boing, prefeito de Vitor Meireles e representante da AMAVI, ressaltou a importância de podermos participar. Falou que a sua preocupação é de como chegar a um acordo diante do que foi apresentado. Beate respondeu que se houver consenso aparecerá explicitamente no parecer. Alexandre Prada fala em nome da agricultura e sugere colocar um adendo, propondo ações relativas à pesquisa, extensão e práticas sustentáveis de uso do solo, como agroecologia, sistemas agroflorestais e educação ambiental. O deputado Jean Kuhlmann, representante da ALESC, parabeniza a Beate e toda a equipe técnica pelo trabalho, e a professora Noemia pelas colocações. Solicita colocar um adendo referente à citação feita pela Noemia sobre a manutenção do sistema. Fala da dificuldade do Estado em efetivar todo este sistema. Quem seria o coordenador do sistema? Como aportar e prestar contas dos recursos para a manutenção do sistema de forma efetiva? Recursos garantidos anualmente e de forma periódica? Sugere formar um consórcio, com personalidade jurídica, com participação dos municípios da bacia, governo do estado, governo federal, com aporte técnico, a fim de fazer a gestão do sistema, a manutenção dos investimentos. O consócio será o agente executivo ao lado do comitê que é o propositor de políticas públicas. Com relação ao projeto Jica, o deputado ressaltou a questão que o preocupa. Os estudos realizados com dados cartográficos são superficiais. A própria Jica não teve acesso às informações necessárias para fazer um estudo mais aprofundado. Beate respondeu que isso está claro nos relatórios e que, como falou o diretor Édison Lima, esperamos o levantamento aerofotogramétrico ficar pronto para que os projetos possam ser detalhados. Frisou que chamamos de projeto, mas é um plano de ação. Jean Kuhlmann falou que precisamos pressionar o Estado. O que precisamos fazer para chegar ao estudo ideal? Para que possamos ter uma avaliação final temos que ter a real visão da prática. Como o parecer será entendido pelos profissionais que trabalharam no processo? Afastar-se-ão ou se adequarão? Então, para que o parecer não seja visto como um argumento para acabar com o processo como o projeto da margem esquerda, entendido de forma errada e que trouxe uma visão negativa para o comitê. O deputado perguntou se Reginete Panceri, representante do Estado, pode esclarecer qual é a consequência prática do parecer? Beate ressaltou que a preocupação do deputado é pertinente em querer entender qual o impacto desta decisão. Participamos ativamente da elaboração do termo de acordo com a JICA, no final de outubro de 2009. As preocupações aqui colocadas foram todas discutidas. Depois das diretrizes veio a discussão do elenco de medidas, mas o elenco de medidas se distanciou do que tinha sido definido previamente, que é o PPRD, aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos em junho de 2010. Porém, só tomamos conhecimento deste distanciamento próximo às audiências públicas (novembro de 2010). É um projeto legítimo de discussão e de negociação e está sendo acompanhado de perto. Uma câmara técnica específica foi criada pelo Comitê do Itajaí para essa finalidade. A pauta do comitê desde o ano passado vem trazendo este assunto. Beate lembrou que a discussão pública sobre o tema iniciou no dia 06 de maio de 2009, na Assembléia Legislativa, onde 30 membros do Comitê do Itajaí compareceram, quando chamamos os deputados, as autoridades estaduais para esclacer a nossa posição, à medida que observamos o que o Estado estava fazendo com relação aos desastres a partir do grupo Reação. Naquela oportunidade muitos se manifestaram e disseram que não queremos grandes obras. Entretanto, existe uma dificuldade de entendimento. Talvez ao invés de papéis escritos precisássemos conversar. Mas, não podemos perder o momento histórico de deixar clara a posição. Existem todas as instâncias superiores para apoiar o Comitê do Itajaí nesta posição. Paulo Warmling, representante da Epagri, salienta que a partir deste momento estamos criando uma estrutura para que o secretário da Defesa Civil possa

atender a demanda. O contraditório e o unânime precisam existir para chegarmos à solução. Maria Izabel Pinheiro Sandri, vice-presidente do Comitê do Itajaí e representante da ACII pergunta: O que está contemplado para a região da Foz, especificamente em Itajaí, é a mesma proposta do primeiro projeto feito em 1984? Ou seja, significa a mudança de toda a geografia, e, Navegantes passa a ser praticamente uma ilha. Considerando que o nosso grande problema tem sido o Itajaí Mirim, a outra pergunta é: se as intervenções propostas para Brusque e Botuverá minimizarão os efeitos na Foz? Com a palavra Beate responde que a única intervenção no Itajaí Mirim é uma barragem orientada para proteger Brusque. Precisa-se de um modelo matemático para tomar decisões ajustadas. Pela leitura que fizemos o canal extravasor é para proteger a cidade de Itajaí do Rio Itajaí-açu e com isso o Itajaí Mirim poderá fluir mais sossegado. A ideia é que os diques também façam a proteção, entretanto, existem diques e comportas no Itajaí Mirim que não entendemos como irão funcionar. .O presidente Tercílio Bonessi lembrou que na audiência pública de Itajaí perguntou se as enxurradas estão contempladas e a resposta foi não. Salientou que a questão é preocupação constante por parte da Diretoria. Carlos Alberto Rockenbach, da SDS, inicia comentando a pergunta da Maria Izabel. Argumenta que toda atividade na bacia que em algum momento venha reter água é benéfica para o local específico como a jusante, pois a medida fará com que haja mudança no tempo de concentração. No que diz respeito à comporta, o Itajaí Mirim possui uma parte que foi retificada e tem um braço morto que durante a cheia ressuscita. As comportas do Itajaí Mirim são para evitar que ele ressuscite. O trecho retificado passou a ser o rio principal e transborda na cheia. Não existe como proteger aquela área que deveria se de proteção permanente. Quando for fechado o braço morto, e do ponto de vista ambiental seria a melhor alternativa, se protege uma parte do território. As pequenas barragens nas propriedades rurais seriam maravilhosas, mas qual é o impedimento legal considerado pelo órgão ambiental? Um indivíduo não pode ter benefício em prejuízo da coletividade, este é o entendimento da lei ambiental. A proposta consorciada é perfeita, coletiva, induz à participação. O processo da participação tem o tempo de amadurecimento. O tempo e o escopo de trabalho para o qual a JICA foi chamada é diferente do amadurecimento que o processo precisa. Existe uma aparente contradição, mas é perfeitamente possível chegar ao entendimento. Temos claro que uma série de pequenos barramentos seria melhor do que grandes barramentos. Por exemplo, para o Itajaí Mirim ao invés de faezr uma barragem de contenção de cheias, fazer uma série de pequenas barragens de uso múltiplo e armazenamento para o período de enchentes. A assembleia solicitou que Reginete Panceri, coordenadora do Projeto Jica, explicasse as questões até então discutidas. Com a palavra, Reginete parabenizou o Comitê do Itajaí, parceiro desde 2009. Expôs que este trabalho é diferente dos anteriores, pois desde a primeira conversa com a JICA o governo do estado pensou em um processo amplo, participativo e difícil. É um estudo preparatório para um futuro projeto de medidas para a contenção de cheias, deslizamentos e sistemas de alerta no Vale do Itajaí. Acordamos com a JICA que ela encaminharia uma equipe de especialistas em enchentes, em deslizamentos e em sistema de alerta. Com isso temos três equipes em uma. Por parte do governo do estado nossa obrigação seria ter para cada especialista japonês um especialista brasileiro para ser a contraparte. Confessou que o Estado não conseguiu. Temos uma equipe de contraparte com representantes de todas as secretarias do Estado, representante do Comitê do Itajaí, as universidades foram todas chamadas para as reuniões, mas não conseguimos que especialistas brasileiros trabalhassem 24 horas por dia, 7 dias por semana no espaço cedido pela Epagri. Falou que está pelo Estado *fulltime* como coordenadora técnica. Trabalhamos das 8h da manhã às 8h da noite, de segunda a sexta e os japoneses trabalham fim de semana no hotel. Este trabalho foi feito de uma maneira muito séria, iniciou em março de 2010 e em dezembro receberíamos o relatório intermediário. Esse trabalho tem uma expectativa de um ideal por parte da bacia do Itajaí e grande parte por parte dos técnicos do governo do estado. Muito do que foi colocado aqui já foi discutido com a Dra. Beate, com a presença da profa Noemia, da Fabiana nas várias reuniões que tivemos. Durante este processo foram mais de 100 reuniões, encontros

e visitas. Praticamente todos os municípios foram visitados, defesas civis discutidas, núcleos de especialistas. Muitas das medidas que estão transcritas no parecer, como vocês sabem, não podem ser feitas no momento por falta de base de dados e de cartografia. A cartografia que estamos utilizando é a disponível no Estado na escala de 1 para 50.000, e nessa escala não conseguimos ter curvas de níveis adequadas para localizar o que a profa Beate deseja e que está no PPRD. Nesta escala não conseguimos localizar os microreservatórios de água. Os especialistas japoneses visitaram toda a bacia, e fizeram as propostas em cima de estudos e quando o Tercílio fez a pergunta para o Dr. Ouchi o mesmo respondeu: Sr. Tercílio, os dados estatísticos que foram disponibilizados para a equipe trabalhar não demonstram essa mudança e por isso não foi considerado. A equipe fez um estudo de vazão de toda a bacia do Rio Itajaí em cima da capacidade de vazão. A profa Noemia pediu para que em todos os relatórios mude-se um determinado termo quando eles explicam o que é esse termo. Isso foi feito nas audiências públicas, fizemos dois seminários um em Florianópolis e um em Blumenau. Infelizmente o seminário de Blumenau foi uma decepção. Não tivemos 20 pessoas para assistir o seminário. Fizemos na Furb pensando que alunos estariam lá ávidos por escutar. Professores da Furb e Univali foram convidados e não tivemos público para ouvir. Nas audiências públicas, o maior público foi de Rio do Sul, pois Blumenau e Itajaí tiveram baixa participação e preferíamos discutir e entender o que era esse tempo de recorrência, pois tínhamos que decidir qual era o tempo de recorrência. Então, eles estudaram a capacidade de vazão dos rios que nos mostra que vários rios têm uma capacidade mínima e máxima ao longo do percurso. Vou dar como exemplo uma enchente com tempo de recorrência de 25 anos: a probabilidade de ocorrer uma enchente em 25 anos porque vai chover a chuva equivalente a 25 anos diz o seguinte: Rio do Sul tem descarga de projeto de 480.000.000 m³ por segundo e a capacidade do rio é de 436, portanto, 44.000.000 m³ vai sair do leito e tem como fazer. Blumenau tem uma capacidade de uma descarga de 1.130, uma capacidade de 1.115, portanto 15.000.000 m³ vão sair do leito. Ilhota 1.190 para 1.034, portanto 158.000.000 m³ saem do leito. Itajaí 1.420 para 1.031 então 389.000.000 m³ saem do rio. Depois, eles estudaram e mostraram que toda a metodologia é integrada. Nenhuma dessas medidas está sendo proposta individualmente. Estamos esperando o comitê se posicionar. O Dr. Ouchi está chegando e a partir de segunda- feira começaremos tudo de novo. Então, eles estudaram 5, 10, 25 e 50 anos e nos mostram que para enchentes com probabilidade de 5 anos duas cidades são afetadas: Rio do Sul e Itajaí. Eles apresentam medidas para 5 anos que são: contenção das arrozeiras, barragens de pequeno porte, controle de barragem, controle de comportas de diques e alagamentos e comporta no Itajàí Mirim. Seriam necessários, para eventos de 5 anos, 2 barragens com 9.000.000 de m³ nas duas. As retificações na calha com a proposta que o comitê reforça que é o parque linear. Para 10 anos, além de Rio do Sul e Itajaí, também Timbó, Rio dos Cedros e Taió. Com probabilidade de 10 anos seriam 5 barragens, comportando 28.000.000 m³, então, seriam necessárias mais 3 de 9.000.000 para completar 28.000.000 m³. Em 25 anos: Taió, Timbó, Blumenau, Ilhota, Itajaí, Rio do Sul, e, são necessárias além das medidas propostas a reforma das barragens existentes. 7 barragens seriam necessárias de pequeno porte comportando no total 41.000.000 de m³. Para 50 anos a bacia toda praticamente estaria afetada. Além das medidas anteriores, uma nova barragem de contenção e o canal extravasor. Se adotadas medidas para 50 anos e adotado o canal extravasor vários diques não serão necessários, porque medidas de 50 anos evitam o gasto de dinheiro das de 25. Em dezembro tínhamos que dar a resposta à equipe japonesa referente a quais medidas queremos. Inicialmente eles iriam estudar somente até 25 anos, insistimos para estudarem as de 50. Está no parecer que na reunião de contrapartes o comitê se absteve quando discutimos a questão. Estamos aguardando esta reunião de hoje para que vocês se posicionem sobre que medidas vocês vão querer. O projeto teve duas fases: a primeira de março a dezembro aonde foram feitos estes estudos e levantamentos e a partir de segunda-feira começamos a discutir com a equipe o estudo de viabilidade daquelas medidas que entendemos prioritárias para que, das medidas estudadas, a viabilidade econômica, técnica, ambiental e

social possam servir de base para que o governo de Santa Catarina busque um financiamento junto ao governo japonês. O valor total das medidas é de 2 bilhões, sendo que 46% são recursos necessários para realocação, toda a organização ambiental necessária para que isso aconteça. A preocupação da profa Noemia, a questão de estudo de impacto ambiental, não está contemplado, pois isto é custo do Estado, não é âmbito financiável. Várias questões colocadas no parecer são necessárias, mas não é foco do projeto. Todas as colocações do parecer são necessárias e muitas delas como recomendação ao governo do estado de Santa Catarina, aos governos municipais e não ao projeto. Não podemos solicitar do projeto a resolução de todos os problemas da bacia considerando o escopo limitado. Ele foi pensado, previsto para solucionar algumas questões. Não é humanamente possível fazer o estudo de todas as medidas. A equipe vai trabalhar de 01 de março a 30 de setembro. Outra questão é que não temos capacidade para endividamento de 2 bilhões, portanto, temos que fazer escolhas dentre essas medidas compatíveis com a nossa capacidade de endividamento. A última palavra sobre qualquer intervenção na bacia é do Comitê do Itajaí e a partir deste posicionamento, vamos reunir os contrapartes e vamos discutir, das medidas das quais a resposta é sim, se são cabíveis. Os custos estão no relatório intermediário, são 4 milhões de reais, é uma previsão de recursos para buscarmos financiamento. A preocupação da profa Noemia sobre a manutenção é necessária, mas não é o projeto de financiamento que resolve. Temos que saber o que é nosso dever de casa e para que vamos buscar ajuda. O que o comitê disser não quero, por exemplo, as micro-barragens, não têm condições de fazer por falta de dados. Então, vamos riscar e não vamos fazer nem as barragens propostas, nem as recomendadas, pois, não temos condições de fazer isso neste momento e nem até setembro. Vamos trabalhar em cima das medidas que o comitê disser sim e em princípio é isso. Precisamos do posicionamento do comitê para dar continuidade na segunda-feira. Houve outras colocações e perguntas. Alexandre Aicardi ressalta que são milhares de vidas envolvidas. O comitê tem um parecer técnico apontando falhas nas obras estruturais como os diques e o deputado está preocupado com o financiamento. O comitê elaborou um parecer técnico que deve ser votado e apresentado, indiferentemente se os japoneses vão gostar ou não, pois nós vamos pagar esse financiamento. Odair Fernandes falou que a preocupação não é somente o financiamento. A pergunta é: se o parecer for aprovado não terá financiamento? O que é o parecer? Entende-se que é um direcionamento do que o comitê entende ser importante. Com a palavra, Beate faz esclarecimentos e perguntas. Com relação aos dados estatísticos citados no parecer. A estatística foi feita por um técnico que optou pela técnica que mais lhe convém. Como pesquisadora sei que conforme os métodos adotados os resultados serão diferentes. Na página 334 esclarece-se o que vimos no relatório e nas apresentações nas audiências públicas. O cálculo foi feito utilizando a precipitação que ocorreu na bacia, incluindo os 774 mm do morro do Baú, que foi dividida pelos 15.000 km² da bacia, resultando uma precipitação média de 126mm, o que dá uma enchente de determinado porte. Mas não foi este o evento que vivemos. Se pegarmos os 500 mm que ocorreram em Mirim Doce, poderemos ter 50 mm em média para a bacia, ou menos. O problema com as mudanças globais é que a ciência trabalha com o passado. Entretanto, os dados da profa Maria Lucia da UFSC mostram que as coisas estão mudando, o que vemos e sentimos. Este trabalho foi encomendado para resolver enchente, e, o governo do estado quer resolver o nosso problema, e, precisa nos ouvir. Queremos fazer bem feito e o problema está na formulação da demanda. O problema está no governo de Santa Catarina e não na Jica. Não estamos aqui, voluntariamente, de brincadeira, queremos soluções. São quinze anos de construção coletiva. Jean Kuhlmann perguntou se é possível estudar uma mudança de cronograma para readequação do processo. Profa Noemia responde que precisamos de uma decisão e o parecer aponta quais são as medidas em que estamos de acordo. O presidente Tecílio Bonessi sugere colocar em votação o parecer com sugestões de adequações. Se aprovado será encaminhado. Beate solicita rever as inclusões: adendo feito pela Raquel referente à educação ambiental. Os adendos da Noemia. Extrair um elenco tipo síntese. Jean Kuhlmann sugeriu ser este um parecer prévio ressaltando que o comitê

está aberto à discussão. Salienta ter medo que a sociedade diga que o comitê foi contra, o que é uma inverdade. Reginete solicita entender a dinâmica do comitê. Beate responde que o parecer das câmaras técnicas está se tornando o parecer do comitê. Reginete lembra que o parecer recomenda a revisão e a inclusão de uma série de medidas e pergunta: Se a revisão não for possível temos então a autorização de vocês de agradecer aos japoneses e dizer para não fazer a segunda etapa? Segunda questão: aplicação das medidas que são sugestões para o governo do estado. O projeto não tem capacidade de absorver e fazer modelagem ou fortalecimento da defesa civil, o que deverá ser feito pelas novas secretarias e não pelo projeto Jica Vale do Itajaí. O estudo está apresentando uma série de medidas e na segunda etapa vamos fazer o estudo de viabilidade de medidas. Então, as medidas em que consta NÃO, vamos tirar. Então, que fique claro que o governo do estado não vai fazer estudos. Beate pergunta por que o governo do estado não pode pedir para a Jica estudar o que há tempos o comitê está pedindo. Reginete responde que a segunda etapa é o estudo de viabilidade das medidas levantadas. Beate coloca que não está no parecer a importância de estudar a viabilidade econômica das medidas descentralizadas, das pequenas barragens. Reginete fala que o Dr. Ouchi não tem como fazer isso. Beate responde que sim, ele não pode alocar obras, mas é possível estudar a viabilidade econômica de como seria diferente o impacto econômico, a rentabilidade econômica, de colocar uma barragem lá no Rio das Pombas no lugar de fazer 100 pequenos reservatórios. Com o apoio de toda a infra-estrutura agrícola, acredita-se que a rentabilidade econômica seja maior e isso deveria ser estudado. Isto é importante para termos mais fundamentação para esta solicitação que é feita há pelo menos 10 anos pelo Comitê do Itajaí. Há 10 anos dizemos que não queremos obras grandes e sim pequenas para atender uma série de demandas. Ao final das discussões, decidiu-se colocar em votação as propostas do parecer, medida por medida, com base no parecer das câmaras técnicas. Segue-se o resultado da votação: 1- contenção de água nas arrozeiras está de acordo com os princípios, porém precisa considerar que é necessário prever mecanismos de compensação para os proprietários que podem ser prejudicados pela medida. É necessário estudar impacto na disponibilidade hídrica em época de estiagem para evitar conflitos (obras precisam ser outorgadas). Aprovado. 2 - Sobre-elevação das barragens Oeste e Sul. Aprovado. 3 - Barragens de "pequeno porte". Não em função do tamanho. 4 - Comportas no canal do antigo Itajaí Mirim. A câmara técnica ficou na dúvida. Não está de acordo com o princípio, entretanto os representantes presentes de Itajaí deveriam opinar. O professor João Luiz, da Univali, na audiência pública de Itajaí, falou: "eu sou contra o canal extravasor, mas não sou radicalmente contra o canal extravasor, mas sou radicalmente contra os diques". Aprovado, como projeto a entrar no estudo de viabilidade. Não estamos aprovando a obra. 5- Canal extravasor. Proposta: Estudar a possibilidade de fazer este canal subterrâneo, evitando os impactos sociais em Navegantes. O canal extravasor precisa ser considerado como complemento de medidas preventivas nos municípios de Itajaí e Ilhota, voltadas à regulamentação da ocupação de áreas inundáveis. 03 abstenções. 16 votos a favor. 6 - Nova barragem de contenção no Itajaí Mirim em Brusque/Botuverá. Nossa posição é não. O que queremos são as pequenas barragens. Colocado em votação 15 votos a favor do estudo. 08 votos contrários. 7 - Melhoramento do canal do rio. Diques em Taió, Rio do Sul Timbó, Blumenau e Itajaí Mirim. Ferem o princípio 3 do PPRD: respeitar a dinâmica natural dos rios. Aqui não é apenas sim ou não. Entendeu-se que o efeito é desejável, mas não através destas medidas. É necessário estudar a possibilidade de implantar: Reservatórios de retenção às margens dos rios e planícies de inundação por meio de rebaixamento das margens. Sim para o estudo com a sugestão. Aprovado por 26 votos. 8 - Dique em anel em Ilhota. Não está de acordo. Fadado ao fracasso tendo em vista a ocupação das várzeas em torno de Ilhota. Os diques na baixada fluminense viraram casinhas. Diques na nossa cultura são uma bomba. Citado o caso dos EUA etc. Colocado em votação não para dique em Ilhota. 21 votos a favor do estudo de viabilidade. 03 abstenções. 14 - Melhoria do sistema de alerta. Sim, deve ser incluída mais explicitamente toda a questão da administração da bacia. Aprovado por unanimidade. 15 - Medidas estruturais

para (prevenção de) os desastres de escorregamentos. Sim. Unânime. 16 - Mitigação (prevenção) dos desastres de escorregamentos (projeto piloto). Sim. Unânime. 17 - Sistema de alerta/alarme dos desastres de escorregamentos e enchentes bruscas. Sim. Unânime. Beate falou que as aprovações aqui feitas vão para a resolução do Comitê. A seguir seguem os pedidos ao governo do estado. 1 - Modelo matemático que permita avaliar o funcionamento sistêmico e a eficiência das medidas projetadas, considerando a dinâmica do uso do solo e da chuva (projeto 5.2b3 do PPRD); 2 - Fortalecimento da defesa civil municipal, em todos os municípios da bacia hidrográfica, de acordo com o que propõe o PPRD; 3 - Mapeamento das áreas de risco no nível local, em todos os municípios que não tem capacidade instalada para desenvolver este trabalho, como propõe o PPRD; 4 - Incorporação da gestão de riscos nos planos diretores municipais, inclusive de medidas de conservação (não-habitação) das planícies de inundação, como propõe o Plano de Recursos Hídricos da Bacia (objetivo 13); 5 - Retenção de sedimentos em toda a bacia hidrográfica, como propõe o Plano de Recursos Hídricos (objetivo 15), por meio de a) controle de terraplanagens; b) reflorestamento; c) recuperação em área de preservação permanente, à exemplo do que já ocorre em áreas experimentais (diretriz para os Projeto JICA). Pedidos aprovados pela assembléia. O presidente Tercílio Bonessi passou ao item **5) Informes da secretaria.** Com a palavra, a secretária executiva Beate Frank informou os benefícios e propostas do MB3, anteriormente citado. Em abril 2011, um veículo no valor de R$27 mil reais; Material de consumo no valor de R$3.600,00; para novembro de 2011, recursos para realizar um intercâmbio entre comitês de bacia catarinenses; para agosto, setembro e outubro, seis eventos sobre políticas públicas de meio ambiente; seminários sobre GRH entre agosto e novembro, para os coletivos rurais; treinamento sobre o SIRHESC, entre abril e junho; consultor para o Comitê do Itajaí. Este consultor deverá realizar as seguintes atividades: no Comitê do Itajaí: exercer a gerência da Fundação Piava; estruturar o setor de captação de recursos; dinamizar as câmaras técnicas e o GTEA-RH07; elaborar projetos de captação de recursos para viabilizar ações estabelecidas do Plano de Bacia; acompanhar reuniões da Diretoria do Comitê e da Fundação; no Programa SC Rural: acompanhar as atividades do Projeto SC Rural e das demais executoras no âmbito desta bacia hidrográfica; acompanhar e auxiliar as atividades da gestão de recursos hídricos no âmbito do SC Rural – Microbacias 3; promover, mobilizar e participar dos eventos e capacitações que serão desenvolvidos pelo SC Rural – Microbacias 3; auxiliar na mobilização dos membros do comitê diante das ações de gestão de recursos hídricos no âmbito do SC Rural – Microbacias 3; auxiliar na divulgação junto aos membros do comitê das ações de gestão de recursos hídricos que serão desenvolvidas no SC Rural – Microbacias 3; na Diretoria de Recursos Hídricos – DRHI/ SDS: acompanhar as atividades desenvolvidas pela Diretoria de Recursos Hídricos da SDS no âmbito desta bacia hidrográfica; participar das capacitações e eventos que serão desenvolvidos pela Diretoria de Recursos Hídricos da SDS no âmbito desta bacia hidrográfica; Auxiliar na divulgação das ações de gestão de recursos desenvolvidas pela Diretoria de Recursos Hídricos da SDS no âmbito desta bacia hidrográfica. Qualificação do consultor: profissional de nível superior, de preferência com pós-graduação, em área afim à gestão de recursos hídricos; com experiência didática e com motivação para trabalhar com grupos multidisciplinares; com experiência em condução de projetos de pesquisa e desenvolvimento voltados à bacias hidrográficas. Interessados devem manifestar-se até o dia 3 de março na secretaria do Comitê do Itajaí, apresentando currículo e dados pessoais (CPF, RG, Endereço, E-mail). **Retorno da Moção 13, aprovada em 23/09/2010 e encaminhada em 8/10/2010**, que solicita informações dos municípios localizados na bacia do Itajaí, da FATMA e do CREA sobre o gerenciamento de atividades de cortes de morro e aterros. Houve até agora 15 respostas. Em seguida este retorno será repassado à Promotoria Pública para insistir em obter as respostas dos demais municípios. **6 - Palavra livre.** Jean Kuhlmann faz uma solicitação de encaminhamento. Fala da questão levantada pela profa Noemia no que se refere à manutenção do sistema de proteção de cheias e mitigação de desastres naturais e lembra a questão do Consórcio que a senadora Ideli Salvati levantou. Seria a possibilidade de formação de um

Consórcio para ações de forma continuada. Sugere aprovar um parecer técnico que aponte a melhor forma de garantir a manutenção. Beate solicita que o pedido seja oficializado através de documento escrito. O deputado fará como parlamentar solicitação de estudo e parecer. O presidente Tercílio Bonessi agradece a presença de todos. Sem mais nada a declarar, eu, Beate Frank, lavro a presente ata que vai assinada por mim e pelo Presidente do Comitê do Itajaí. 13h20min